

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

31 de outubro de 2017

Ata da Décima Sessão Extraordinária

Às dezoito horas e vinte e três minutos, do dia trinta e um do mês de outubro, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Primeiro-Secretário, e Nilton Franco, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, José Augusto, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Wanderlei Barbosa e da Senhora Deputada Valderéz Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Ricardo Ayres e Rocha Miranda. Estavam ausentes os Senhores Deputados Alan Barbiero, Amélio Cayres, Jorge Frederico, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira,

Zé Roberto e as Senhoras Deputadas Amália Santana e Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinados às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 9/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a transferir ao domínio da União os trechos das rodovias estaduais que especifica, para fins de absorção à malha rodoviária federal”, que deu origem ao Processo número 249/2017; 29/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dá nova redação ao parágrafo único do art. 86 da Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 167/2017; 31/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Miranorte o uso da área de terreno que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 178/2017; 36/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a alienar, mediante permuta, os lotes de terras que especifica, e adota outras

providências”, que deu origem ao Processo número 217/2017; 111/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Moisés Nogueira Avelino”, que deu origem ao Processo número 171/2017; 124/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dá a denominação de Edson Carlos Alves da Rocha, “Edson da Van” à Rodovia TO-424, que liga o Trevo da TO-222 ao Município de Babaçulândia”, que deu origem ao Processo número 179/2017; 129/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Educacional, Cultura e Desporto do Tocantins, Adeptins, na cidade de Aragominas”, que deu origem ao Processo número 213/2017; 154/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Helder Zaluth Barbalho”, que deu origem ao Processo número 223/2017; 155/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Maurício Quintella Malta Lessa”, que deu origem ao Processo número 229/2017; 174/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Indigenista do Estado do Tocantins – Ingestins”, que deu origem ao Processo 236/2017; 342/2016, de autoria do Senhor Deputado Rocha Miranda, que “cria o ICMS Turismo no âmbito do Estado do

Tocantins e dá outras providências”, que deu origem ao Processo 356/2016; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 3/2016, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência das Medidas Provisórias números 2, 5, 8, 12, 16, 20, 24, 28, 32, 37, 42, 47 e 50 todas de 2016, e 4, 11, 17, 26 e 35 todas de 2017, que “prorroga o prazo de isenção do ICMS para a operação de que trata a alínea “f” do inciso I, do art. 2º da Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, e adota outras providências”, conforme disposto no art. 200 da Resolução número 201, de 18 de setembro de 1997”, que deu origem ao Processo número 43/2016; o qual votado, foi aprovado, e a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulgou o Decreto Legislativo número 165, de 31 de outubro de 2017, e encaminhou-se à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 4/2017, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória número 24, de 10 de abril de 2017 que “Altera os arts. 1º e 6º da Lei número 2.327, de 30 de março de 2010, que institui a Produtividade por Desempenho de Atividade

Administrativo-Fazendária-Pedaaf aos servidores administrativos lotados na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins”, conforme disposto no art. 200 da Resolução número 201, de 18 de setembro de 1997”, que deu origem ao Processo número 94/2017; o qual votado, foi aprovado, e a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, promulgou o Decreto Legislativo número 166, de 31 de outubro de 2017, e encaminhou-se à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 5/2017, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória número 33, de 10 de maio de 2017 que “altera os arts. 1º e 6º da Lei número 2.327, de 30 de março de 2010, que institui a Produtividade por Desempenho de Atividade Administrativo-Fazendária-Pedaaf aos servidores administrativos lotados na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins”, conforme disposto no art. 200 da Resolução número 201, de 18 de setembro de 1997”, que deu origem ao Processo número 94/2017; o qual votado, foi aprovado, e a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, promulgou o Decreto Legislativo número 167, de 31 de outubro de 2017, e encaminhou-se à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e quarenta e quatro



minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário